



## Senadores aprovam garantia de verbas para fundo penitenciário

Segue para a Câmara, após unanimidade no Senado, projeto que impede o contingenciamento de créditos orçamentários programados para o Funpen

**P**rojetos que impedem o contingenciamento dos créditos orçamentários programados para o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) foi aprovado ontem no Plenário do Senado, por unanimidade, e segue para a análise dos deputados.

O texto faz parte da agenda de segurança pública prioritária do Senado. O presidente da Casa, Eunício Oliveira, comemorou o fato de o projeto poder ter sido votado, apesar da intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro, que impede a análise de propostas de emenda à Constituição semelhantes. **3**



Marcos Moraes/Agência Senado

Eunício Oliveira considera o projeto, que segue para análise dos deputados, extremamente importante para o ambiente da segurança pública do país



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Simone Tebet durante reunião em que leu o relatório. Proposta vai à CMA

### Multas ambientais e taxas podem financiar plantio de árvores

Proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos determina que 10% das multas ambientais e das taxas de autorização para corte e poda de árvores sejam

destinados à arborização urbana e à recuperação de áreas degradadas.

O texto segue agora para votação na Comissão de Meio Ambiente. **4**

### Eunício defende rapidez para votar sistema único de segurança

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que deve ser votado em março projeto que cria um sistema federal unificado de segurança. A intenção é trocar informações entre agentes e órgãos públicos de todo o país para reforçar o combate ao crime. **2**

### Avança proposta de conselho para técnico industrial e agrícola

A Comissão de Agricultura aprovou o projeto que cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Agrícolas e os conselhos regionais. Hoje essas duas categorias são submetidas ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e aos conselhos regionais. **4**

### Debatedores pedem apoio federal para Roraima

Participantes de debate na Comissão de Direitos Humanos, ontem, disseram que a demanda por saúde, segurança e infraestrutura cresceu demais com a chegada de imigrantes venezuelanos e já não consegue ser suprida pelos governos de Roraima e dos municípios afetados.

Milhares de imigrantes venezuelanos têm entrado no Brasil nos últimos meses. Eles deixam seu país por causa da crise político-econômica que atinge a Venezuela.

Os debatedores consideraram que o país não pode fechar as fronteiras e deixar de acolher os imigrantes,

mas deve buscar um olhar humanitário a quem necessita de ajuda. No entanto, pediram que o governo federal ofereça mais apoio a Roraima para que o estado tenha condições de receber os venezuelanos sem prejudicar os brasileiros que residem nos municípios de fronteira. **4**



Gerardo Magaña/Agência Senado

Mariana Bertol, Telmário Mota, Carolina Soares e Paulo Sergio Almeida debatem na Comissão de Direitos Humanos

### Plenário aprova criação de três universidades federais no interior

O Plenário do Senado aprovou ontem dois projetos de lei, do Poder Executivo, que criam três universidades públicas. A proposta de criação da Universidade Federal de Rondonópolis segue para

sanção presidencial. Já o projeto sobre a Universidade Federal do Delta do Parnaíba e a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco volta para análise da Câmara dos Deputados. **3**

Segurança pública será assunto de sessão temática **2**

Aprovado novo indicado para ministro do TST **3**



# Sistema único de segurança pode ser votado em março

Eunício quer rapidez na tramitação de proposta que permitirá a troca de informações entre agentes e órgãos públicos de todo o país. Criação do Ministério da Justiça não é consenso entre os senadores

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, disse ontem que espera ver aprovado em março projeto de criação de um sistema federal unificado de segurança pública para aprimorar a troca de informações entre agentes e órgãos públicos. A proposta deverá desenvolver instrumentos de fiscalização, investigação e repressão mais modernos.

Eunício afirmou que um esqueleto de projeto sobre o tema já está sendo debatido com vários setores, como o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público. O foco é integrar as inteligências das forças de segurança.

— Estamos enxugando o texto e conversando com várias pessoas para termos um debate amplo. A intenção é unificar o pensamento e aprovar isso o mais rápido possível — disse.

Eunício também lembrou que desde o ano passado o Senado tem se debruçado sobre uma pauta para diminuir os índices de violência.

Após participar da solenidade de posse de Raul Jungmann



Eunício: projeto deve ser aprovado mês que vem na Câmara e no Senado

como ministro da Segurança Pública, no Palácio do Planalto, o senador também afirmou que a comissão mista para analisar a Medida Provisória 821/2018 será instalada quanto antes. A MP, publicada ontem, instituiu o Ministério da Segurança Pública, que terá como missão coordenar e promover a integração da segurança pública em todo o território nacional em cooperação com os demais entes federativos.

## Divergência

O ministério não é consenso entre os senadores. Ronaldo

Caiado (DEM-GO) é favorável à iniciativa, pois, disse, as facções criminosas têm retirado a autonomia dos estados.

A criação da nova pasta, contudo, não é sinônimo de solução de problemas, segundo Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu outras opções para solucionar o problema de segurança do Rio de Janeiro, como o reforço da segurança pública dentro da Justiça.

Já Ana Amélia (PP-RS) defendeu a iniciativa do governo e considerou a medida necessária.

## Otto condena ação da PF contra Jaques Wagner

Otto Alencar (PSD-BA) classificou como injusta a operação da Polícia Federal que teve como alvo o ex-governador da Bahia Jaques Wagner. Segundo o senador, o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público fiscalizaram as obras da Arena Fonte Nova e consideraram regular a captação de recursos.

— Não apareceu mala como apareceu em outras ações, não apareceu nenhuma prova.

Para Otto, o objetivo da ação foi ferir a honra de um ex-governador de alta popularidade.



Moreira Maniz/Agência Senado

## Para Gleisi, decisão do STF afetará agricultor familiar

Gleisi Hoffmann (PT-PR) manifestou preocupação com o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que poderá declarar inconstitucionais dois artigos do Código Florestal e afetar mais de 4 milhões de produtores familiares.

— Eu queria defender os pequenos produtores rurais, mais de 4 milhões e meio, 320 mil deles no Paraná, que têm menos de quatro módulos fiscais e que são responsáveis por colocar o alimento na mesa das pessoas.



Pedro França/Agência Senado

## Produtores de leite gaúchos estão em crise, alerta Paim

Paulo Paim (PT-RS) manifestou sua preocupação com os produtores de leite gaúchos, que pedem socorro diante da grave crise que enfrentam.

Paulo Paim chamou a atenção para o impacto negativo incalculável da crise do leite, que provoca desemprego, inadimplência e redução de investimento na atividade.

— É importante que todas as forças políticas do estado se juntem para defender esse setor da economia gaúcha — disse o senador.



Moreira Maniz/Agência Senado

## Senado marca sessão temática sobre segurança para terça-feira

A segurança pública será tema de sessão temática no Plenário na terça-feira. O anúncio foi feito na sessão plenária de ontem pelo presidente da Casa, Eunício Oliveira. A iniciativa da sessão foi do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Entre os convidados, estão

os ministros da Segurança Pública, Raul Jungmann, e da Defesa, general Joaquim Silva e Luna.

Eunício também anunciou, a pedido de Waldemir Moka (PMDB-MS), sessão solene em comemoração à erradicação da febre aftosa no Brasil. A sessão será no dia 2 de abril.

## Lúcia Vânia celebra decisão de retomar obras em creches

Lúcia Vânia (PSB-GO) comemorou decisão do governo de retomar as obras de milhares de creches paralisadas por falta de dinheiro.

— A falta de creche compromete o cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação no atendimento escolar de 50% das crianças de zero a três anos. De acordo com o PNE, essa meta deveria ser atingida em 2024, mas só em 2042 o Brasil deve conseguir oferecer creches para metade das crianças nessa faixa etária.



Moreira Maniz/Agência Senado

## Castro critica salários acima do teto a servidores

Sérgio de Castro (PDT-ES) criticou o pagamento a servidores de salários que ultrapassam o teto constitucional. Ele lamentou que uma pequena parte dos brasileiros tenham vantagens que o país não suporta pagar.

Na avaliação do senador, um dos casos mais graves é o pagamento de auxílios para moradia, alimentação e saúde para juizes e procuradores. Para ele, o país precisa encontrar o equilíbrio entre a remuneração do servidor e os interesses da sociedade.



Moreira Maniz/Agência Senado

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Rótulos de bebida alcoólica**  
9h Entre 11 itens, o PLS 360/2014, sobre rótulos de bebida alcoólica.
- CDR Zona Franca Verde**  
9h O PLS 68/2016, que isenta de imposto a Zona Franca Verde, é um dos 9 itens.
- CTFC Preços de serviços**  
9h30 O PLC 45/2017, que obriga aviso de aumento de preços, é um dos 13 itens.
- CCI Diário da OAB**  
10h O PLS 156/2014, que institui o Diário Eletrônico da OAB, é um dos 27 itens.

- CDH Relatório**  
11h Após 20 itens, relatório dos trabalhos.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
14h O PLS 15/2018, sobre o horário de funcionamento de cartórios, abre a pauta.
- CCT Tecnologia da água**  
14h30 Ministros de Brasil e Israel debatem cooperação em tecnologia da água.
- VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Pedidos**  
14h30 Votação de requerimentos.
- CÓDIGO COMERCIAL Direito**  
14h30 Audiência sobre direito comercial.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burlé  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

# Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



# Vai à Câmara fim de corte de verbas do Funpen

Projeto que impede o contingenciamento dos créditos orçamentários programados para o Fundo Penitenciário Nacional foi aprovado por unanimidade ontem no Plenário do Senado

O PLENÁRIO APROVOU ontem, por unanimidade, projeto que impede o contingenciamento de créditos orçamentários programados para o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). O texto (PLS 25/2014 — Complementar), que faz parte da agenda de segurança pública prioritária da Casa, segue para a Câmara.

— Não há como resolver os problemas sem uma união de esforços — disse Ana Amélia (PP-RS), autora da proposta.

Na visão do presidente do Senado, Eunício Oliveira, o projeto é extremamente importante para o ambiente da segurança pública. Ele mencionou a previsão constitucional que não permite a tramitação de propostas de emenda à Constituição enquanto durar a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro. Isso impediu a discussão da PEC 118/2011, que veda o contingenciamento do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

— Foi uma alegria ter encontrado esse projeto, com o mesmo teor da PEC. A pauta da segurança pública é um anseio da sociedade — disse Eunício.

O presidente do Senado sugeriu um sistema unificado de segurança no país.

O líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), manifestou apoio ao projeto, mas lamentou o fato de o governo fazer contingenciamento em outras áreas da segurança pública.

— É impossível discutir segurança pública hoje no país sem fazer a relação com essa política de arrocho fiscal.

José Serra (PSDB-SP) também anunciou voto favorável, mas disse que cerca de 90% do Orçamento da União têm algum tipo de vinculação, tirando o “raio de manobra do processo de governo no Brasil”.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que a vinculação faz com que a medida seja uma política de Estado, e não apenas de governo.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Plenário aprovou projeto que faz parte da agenda prioritária do Senado, por refletir na segurança pública

Criado em 1994, o Funpen destina recursos para a gestão do sistema prisional e financia atividades de manutenção, como reformas, ampliação de estabelecimentos e aperfeiçoamento do serviço.

Os estados recebem os recursos do Funpen por meio de convênios com a União. Em 2015, decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em ação movida pelo PSOL, obrigou o Executivo a liberar o saldo acu-

mulado do Funpen e proibiu novos contingenciamentos.

O texto foi aprovado com mudanças sugeridas pelo relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que retirou dois artigos.

## Mudanças

Um dos dispositivos cortados previa que não poderia haver limitação de empenho nos créditos programados para o fundo. O outro, vedava a imposição de limites à execução

da programação financeira das fontes vinculadas do Funpen, exceto quando houvesse frustração na arrecadação das receitas correspondentes.

De acordo com o relator, esses dois dispositivos já haviam sido contemplados por outra lei (Lei 13.500, de 2017). Quanto à proibição de contingenciamento, já prevista na decisão do STF, Flexa optou por manter a regra no projeto, para reforçá-la.

## Senado aprova criação de três universidades federais

O Senado aprovou ontem dois projetos de lei do Poder Executivo que determinam a criação de três universidades públicas: a Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) e a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape).

O PLC 2/2018, que cria a universidade em Rondonópolis (MT), segue para sanção presidencial. O projeto determina que a UFR será criada a partir do desmembramento do campus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) instalado na cidade, que fica a cerca de

200 quilômetros de Cuiabá.

Já o PLC 6/2018 terá de voltar para nova análise da Câmara dos Deputados. Isso porque o projeto original criava apenas a UFDPar, a partir do campus da Universidade Federal do Piauí (UFPI) em Parnaíba. Porém, os senadores incluíram no texto a criação da Ufape, que nasce do campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) em Garanhuns.

Diversos senadores elogiaram a criação das universidades. Entre eles, Wellington Fagundes (PR-MT), Lindbergh Farias (PT-RJ), José Medeiros (Pode-MT), Armando Monte-

iro (PTB-PE), Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), Regina Sousa (PT-PI), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Lídice da Mata (PSB-BA).

Os dois projetos haviam sido aprovados ontem pela manhã na Comissão de Educação (CE) e chegaram ao Plenário em regime de urgência. O PLC 2/2018 foi relatado por Wellington. Armando relatou o PLC 6/2018.

A comissão aprovou ainda um relatório de Antonio Anastasia (PSDB-MG) favorável à inclusão do nome do ex-presidente Juscelino Kubitschek no *Livro dos Heróis da Pátria* (PLC 122/2017).

## Lindbergh Farias pede “intervenção social” no Rio de Janeiro

Lindbergh Farias (PT-RJ) anunciou uma campanha para pedir recursos públicos para as áreas da saúde, educação e assistência social. Ele explicou que a campanha será feita para coletar assinaturas pedindo “intervenção social” do governo federal no Rio de Janeiro.

Segundo ele, se não houver “intervensões sociais”, em especial na educação, o país não sairá do impasse na segurança pública. Ele lembrou que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) tem vivido uma crise sem precedentes.



Moacira Maniz/Agência Senado

## Ação do governo no RJ é ataque à democracia, avalia Fátima Bezerra

Fátima Bezerra (PT-RN) classificou a intervenção federal no Rio de Janeiro como “a volta da sombra de um passado que estava enterrado”. A intervenção representa um ataque à democracia, disse. Para a senadora, a ação também é absurda por interromper a análise de mais de mil propostas de emenda à Constituição no Congresso.

Ela criticou ainda a tentativa do MEC de barrar a disciplina do curso de ciência política da Universidade de Brasília intitulada “Golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”.



Pedro França/Agência Senado

## Vanessa afirma que Temer expõe as Forças Armadas brasileiras

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou a criação do Ministério da Segurança Pública e a intervenção no Rio de Janeiro. Segundo ela, o próprio interventor, general Braga Netto, não sabe a verba que terá disponível para a operação.

Para Vanessa, as medidas adotadas no Rio têm o único objetivo de promover a imagem do presidente Michel Temer e de seus aliados.

— Eu considero a situação extremamente grave porque expõe as Forças Armadas e as desvia da sua verdadeira função.



Pedro França/Agência Senado

## Lopes cobra garantia de recursos para operação e obras sociais no Rio

Eduardo Lopes (PRB-RJ) ressaltou a necessidade de garantir os recursos para a intervenção no estado do Rio. O senador, que foi o relator do decreto que determinou a medida, acompanhou o prefeito do Rio, Marcelo Crivella, em encontro com o presidente Michel Temer.

De acordo com Lopes, o prefeito defendeu ações sociais nas comunidades carentes, visando à criação de oportunidades de emprego e estudo.

— Não adianta apenas o cerco, a ocupação, sem que se criem oportunidades também.



Jefferson Ruyff/Agência Senado

## Rose de Freitas destaca aprovação de projetos sobre educação

Em seu discurso, Rose de Freitas (PMDB-ES) destacou dois projetos sobre educação aprovados em 2017 pela Comissão de Assuntos Econômicos. O primeiro foi o PLS 163/2014, que dá mais flexibilidade à distribuição dos recursos do Fundeb. Já o PLS 338/2015 aumenta de 60% para 70% a fatia do Fundeb vinculada à remuneração do professor.

— Precisamos de professores qualificados. Para isso, temos que remunerá-los adequadamente. Já travamos muitas batalhas nesta Casa nesse sentido.



Pedro França/Agência Senado



# Debate: Roraima precisa de apoio a imigrantes

Estado não pode arcar com demanda criada por venezuelanos, especialmente nas áreas de saúde e segurança, dizem especialistas, que pedem mais ajuda do governo federal

SAÚDE E SEGURANÇA são os principais problemas enfrentados pelos governos de Roraima e dos municípios afetados pelo fluxo massivo de imigrantes venezuelanos que chegam todos os dias ao Brasil. Essa foi uma das conclusões do debate promovido ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Milhares de imigrantes venezuelanos têm entrado no Brasil nos últimos meses, principalmente por Pacaraima (RR). Eles deixam seu país por causa da crise político-econômica que atinge a Venezuela. O embaixador Tarcisio Costa, representante do Itamaraty, observou que o fluxo migratório exige mais investimentos em infraestrutura, saúde, segurança e educação. E observou que compromissos internacionais impedem que o Brasil feche as fronteiras.

— Somos um povo formado por



Telmário Mota, na Comissão de Direitos Humanos, pede um olhar humanitário para Roraima

imigrantes. Uma atitude de repulsa, de expulsão, conflitaria muito não apenas com a nossa tradição, mas com a lógica da nossa formação e com os nossos compromissos internacionais — disse.

O Brasil está em crise e os investimentos deveriam ser destinados aos brasileiros, mas os venezuelanos estão sofrendo, afirmou a representante da

Cruz Vermelha, Carolina Soares.

— A principal missão da Cruz Vermelha é atenuar o sofrimento humano. A gente vê pessoas precisando de ajuda e não importa se são brasileiras ou não.

A presidente da Comissão de Direitos Humanos, Regina Sousa (PT-PI), defendeu um olhar humanitário sobre a imigração de venezuelanos.

— Espero que o Brasil não entre com o olhar político que os Estados Unidos entram, por exemplo — declarou.

Telmário Mota (PTB-RR), autor do requerimento da audiência pública, disse que o governo federal tem ajudado, mas, em sua avaliação, a situação exige mais ações e investimentos.

— É preciso que o governo federal tenha esse olhar humanitário com o estado mais pobre da Federação. E com certa rapidez, porque o caso exige. Roraima grita por socorro em todos os aspectos — disse o senador.

Também participaram da audiência o prefeito de Pacaraima, Juliano Torquato, e representantes dos Ministérios da Saúde e dos Direitos Humanos, da Federação Humanitária Internacional, do Conselho Nacional de Imigração e das Nações Unidas para Refugiados.

## Avança criação de Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Agrícolas

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou o projeto do Poder Executivo que cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Agrícolas e os respectivos conselhos regionais. O relator do PLC 145/2017, Lasier Martins (PSD-RS), considerou que a iniciativa representa uma reivindicação histórica dessas categorias, não provocará impacto fiscal e deverá contribuir para melhor estruturação das carreiras desses profissionais.

Atualmente, essas duas categorias profissionais são submetidas ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) e aos Conselhos Regionais (Crea). Segundo o relator, os técnicos pagam anuidades, contudo, não podem ser votados e nem ser apropriadamente representados nas instâncias decisórias desses conselhos.

O parecer foi aprovado com rejeição da emenda de Valdir Raupp (PMDB-RO) sugerindo a criação de um conselho específico para os técnicos

agrícolas e outro para os industriais. Na opinião de Lasier, a emenda poderia ser alvo de questionamentos posteriores, visto que o Legislativo estaria criando uma nova entidade, o que é iniciativa privativa do Executivo.

— Eu acho que é preciso dividir, sim, mas não podemos fazer isso agora, porque pode ser vetado adiante.

Raupp, por sua vez, alegou que o Supremo Tribunal Federal (STF) já autorizou o Legislativo a apresentar emendas a projetos do Executivo, desde que haja pertinência temática e não haja aumento de despesa.

Ao final, foi decidido que Raupp pedirá que a Casa Civil envie ao Congresso uma nova proposta de divisão dos conselhos. O projeto foi encaminhado à Secretaria Geral da Mesa, visto que, inicialmente, iria para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas foram apresentados requerimentos pedindo que seja analisado em outras comissões e no Plenário.

## Multas ambientais poderão ajudar a financiar plantio de árvores

As prefeituras brasileiras poderão ter garantida uma fonte de recursos para a arborização e a restauração de áreas degradadas. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que determina a destinação de 10% do valor das multas ambientais à arborização urbana e à recuperação de áreas degradadas. A proposta (PLC 188/2015) segue para a Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Pelo projeto, do deputado Roberto Britto (PP-BA), serão destinados ainda para os mesmos fins os recursos arrecadados com as taxas de autorização para poda e corte de árvores.

O dinheiro deverá ser aplicado obrigatoriamente no município onde ocorreu a infração ou crime ambiental ou no município cujo órgão realizou a poda ou corte de árvores. A escolha da espécie e do local de plantio das árvores dos projetos de arborização obedecerá à legislação municipal.

A senadora Simone Tebet (PMDB-

-MS) leu o relatório de Otto Alencar (PSD-BA), favorável ao projeto. Para ele, a maioria dos municípios tem poucos recursos para aumentar a arborização e o projeto de lei vem ajudar a financiar essas ações.

### Isenção para alimentos

Os senadores também aprovaram requerimento de Lídice da Mata (PSB-BA) pedindo ao Ministério da Fazenda que encaminhe, em até 60 dias, a estimativa do impacto orçamentário e financeiro do projeto que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os alimentos para dietas com restrição de carboidratos, de gorduras, de proteínas ou de sódio, e os alimentos para dietas de ingestão controlada de açúcares. Lídice é relatora da proposta (PLS 494/2013) de Waldemir Moka (PMDB-MS), que ainda reduz a zero as alíquotas sobre a importação e venda no mercado interno desses alimentos.

### Sandoval critica aéreas e cobra mais fiscalização da Anac

Airton Sandoval (PMDB-SP) criticou os preços cobrados pelas empresas aéreas e a falta de controle deste serviço pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Segundo ele, uma passagem de Brasília para São Paulo comprada com um mês de antecedência pode ser encontrada por R\$ 300. Já no dia da viagem, o valor do mesmo voo sobe para R\$ 1,8 mil.

— Num setor oligopolizado como a aviação civil no Brasil, onde duas empresas controlam mais de 70% do mercado, a agência reguladora não tem cumprido com firmeza seu papel de fiscalizadora.



Pedro França/Agência Senado

### Ângela: privatização da Eletrobras será ruim para Roraima

Ângela Portela (PDT-RR) afirmou ontem que a privatização da Eletrobras, proposta pelo governo, deverá piorar a situação energética de Roraima. Segundo ela, o estado sofre com a paralisação das obras do Linhão de Tucuruí, que ligaria o estado ao Sistema Elétrico Nacional.

Para a senadora, se já tem sido difícil conseguir a retomada das obras do linhão, será ainda mais complicado se a Eletrobras, atual controladora da Companhia Energética de Roraima, passar para as mãos da iniciativa privada, que visa apenas ao lucro.



Pedro França/Agência Senado

### Ana Amélia é contra mudança da sede do BC em Porto Alegre

A senadora Ana Amélia (PP-RS) criticou ontem o plano do Banco Central de transferir para Curitiba sua superintendência regional, que hoje está localizada numa área de Porto Alegre considerada muito insegura.

— Nunca houve qualquer registro de tentativa de assalto a carros-fortes à frente do Banco Central em Porto Alegre.

A senadora também destacou os problemas da estiagem no sul do estado, na Região da Campanha e na Região Carbonífera, que podem ter ocasionado perdas de quase de R\$ 1 bilhão.



Pedro França/Agência Senado

### Telmário Mota anuncia debate sobre fake news

Uma sessão temática no Plenário, em 7 de março, vai discutir os efeitos das notícias falsas na política e no resultado das eleições deste ano, disse Telmário Mota (PTB-RR). Na opinião do senador, a proliferação de notícias falsas na internet, divulgadas pelas redes sociais, pode influenciar o voto dos eleitores.

— Muitos acreditam em tudo o que se divulga na internet, mesmo que a notícia seja falsa. E muitos não acreditam em nada, mesmo que a informação seja verdadeira.

Segundo Telmário, o Tribunal Superior Eleitoral debate a criação de um comitê especial para combater os efeitos das fake news nas eleições de 2018.

### Raupp protesta contra retenção de madeira legal

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu a liberação de madeira de origem legal apreendida há 70 dias em ação da Polícia Federal, do Ibama e do Ministério Público Federal. Segundo Raupp, nessa ação, realizada nos Portos de Chibatão e Superterminais, foram apreendidos 440 contêineres destinados à Europa e aos Estados Unidos.

Ele reconheceu a importância da fiscalização, mas disse que é preciso “separar o joio do trigo” e que o combate às ilegalidades do extrativismo não pode perder de vista os madeireiros que trabalham honestamente.



Pedro França/Agência Senado